

Meirelles: estados terão de fazer ajuste para obter recursos

Ministro ressalta que repasses poderão ser suspensos em 2017

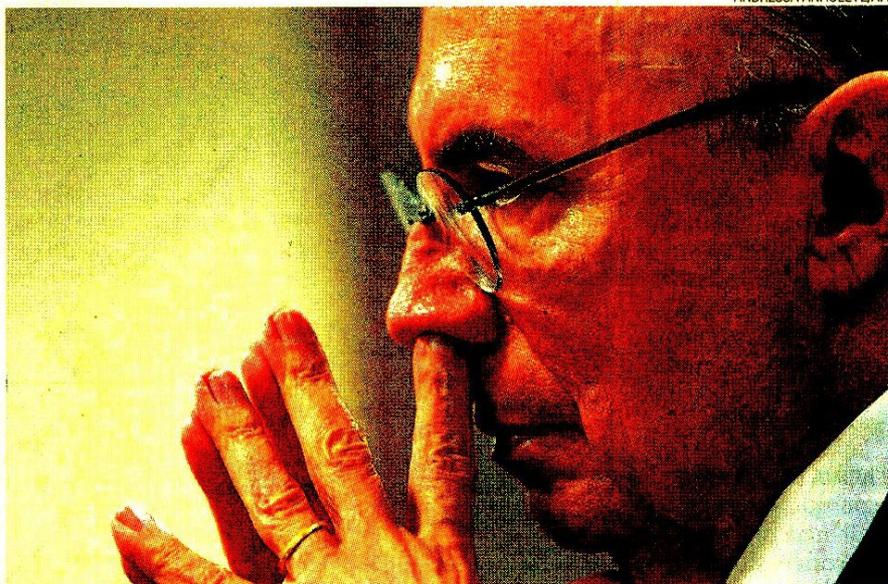
MARTHA BECK, GABRIELA VALENTE
E SÉRGIO ROXO
economia@oglobo.com.br

-BRASÍLIA E MOGI DAS CRUZES (SP)- O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, minimizou ontem a derrota do governo na votação do projeto de renegociação das dívidas de estados com a União. Os deputados retiraram do texto praticamente todas as contrapartidas exigidas pela equipe econômica para poder alongar os débitos. O texto criou ainda o regime de Recuperação Fiscal para os estados em pior situação, como Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Minas Gerais — também sem contrapartidas. Segundo Meirelles, mesmo assim, o projeto não fica prejudicado. Isso porque o enquadramento dos estados na Recuperação Fiscal — que permite a suspensão do pagamento das dívidas com a União por três anos — terá de receber o aval do Ministério da Fazenda e do presidente da República.

— O projeto mantém o essencial. O pedido de enquadramento na Recuperação Fiscal vai ter que ser aprovado pela Fazenda e pelo presidente da República. Serão aprovados projetos com condições de reequilíbrio dos estados. O importante é a presença, a postura firme de que o ajuste fiscal é condição essencial. Os estados precisam apresentar condições que sejam viáveis, aprovadas pelo governo, e, se não cumprirem, serão excluídos — disse Meirelles.

O presidente Michel Temer disse que o Planalto deve sancionar o texto como saiu do Congresso. Ele também negou que o governo tenha saído derrotado:

— A primeira impressão que se teve foi que o governo foi derrotado. E não é



ANDRESSA ANHOLETE/AFP

Alerta. Meirelles: "Não haverá liberalidades que incentivem os estados a não fazerem ajuste fiscal"

nada disso. Na democracia é assim. Muita gente acha que, quando o Executivo faz alguma coisa, o Legislativo não pode modificar. Pois o Legislativo tem o direito e pode modificar.

Meirelles disse que, nas negociações diretas com os estados para um plano de recuperação, a Fazenda fará exigências. Segundo ele, o mais provável é que a área econômica exija as contrapartidas suprimidas pela Câmara, como a suspensão de reajustes para servidores e a implantação de um teto para os gastos públicos.

— O que foi aprovado (no Senado) é um bom cardápio de início — afirmou.

A partir de janeiro de 2017, a Fazenda também poderá voltar a reter os repasses de recursos aos estados caso eles deixem de pagar suas dívidas com a União, disse

Meirelles. Pelo acordo fechado com os governadores no meio do ano, os débitos estaduais seriam alongados por 20 anos, e o pagamento das parcelas ficaria suspenso até dezembro de 2016. Após essa data, os estados deveriam voltar a recolher os valores devidos. O problema é que aqueles em pior situação, especialmente o Estado do Rio, não estão conseguindo fechar suas contas. Ou seja, têm poucas condições de retomar os pagamentos em janeiro.

— Quero assegurar a todos que não haverá liberalidades que incentivem os estados a não fazerem ajuste fiscal. Se o estado não fizer o pagamento, os repasses podem ser arrestados — afirmou Meirelles, que informou apenas que o Rio já adiantou que pedirá para ingressar no programa, sem citar outros estados. ●